

CLIMA QUENTE

Clima esquenta na primeira sessão da Câmara Municipal após recesso

Servidores públicos acompanharam a sessão

ROSI OLIVEIRA / Redação DS

A primeira Sessão Ordinária da Câmara de Vereadores de Tangará da Serra, que ocorreu na última terça-feira, dia 1º, após o recesso parlamentar, foi totalmente atípica. O Plenário das Deliberações “Daniel Lopes da Silva”, que quase sempre está vazio, foi tomado por um número substancial de servidores municipais, que estiveram presentes para acompanhar a votação do projeto apresentado pelos vereadores Eduardo Sanches (Republicanos), Fábio Brito (PSDB) e Horácio Pereira (União), com vistas a suspender alguns

dispositivos do Decreto nº 247, do Executivo Municipal, que estabelece medidas necessárias e urgentes visando a contenção e a economia de despesas com pessoal do Poder Executivo Municipal: Prefeitura, Serviço Autônomo de Água e Esgoto (Samae) e Instituto Municipal de

“
O projeto já se encontra há mais de 30 dias na Câmara

Previdência Social dos Servidores (Serraprev), para cumprimento das normas legais e orçamentárias relativas ao exercício financeiro do ano corrente.

Conforme entendimento dos vereadores proponen-

tes do projeto, o decreto traz pontos que prejudicam os servidores e tolhem direitos já assegurados, inclusive no Estatuto dos Servidores, bem como pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ).

O projeto acabou tendo o pedido de vista de 30 dias, feito pelo líder do Executivo na Câmara, o vereador Rogério Silva, o que causou descontentamento nos servidores. “Teve uma discussão um pouco mais acalorada, juntamente com a presença de todos os servidores, visto que o projeto já se encontra há mais de 30 dias na Câmara Municipal e era passível de ser feita a análise”, informa o vereador Eduardo Sanches. Mesmo com os votos dos vereadores Ademir Anibale, Eduardo Sanches, Horácio Pereira, Fábio Brito e Eduardo Gomes, o pedido de vistas foi aprovado.



Parlamentares retornaram às reuniões na terça-feira, 2



Projeto foi idealizado pelo vereador Sebastian

DANDO VOZ

Aprovada Lei que garante intérprete de Libras na administração pública

Prefeito acatou sugestão e enviou substitutivo à Câmara

ROSI OLIVEIRA / Redação DS

Embora os ânimos tenham ficado um tanto exaltados durante a 24ª Sessão Ordinária do ano realizada na terça-feira, dia 02, a primeira após o recesso legislativo, na Casa de Leis foram aprovados diversos projetos. Dentre eles, o que dispõe sobre a garantia de intérprete da Língua Brasileira de Sinais (Libras) para atendimento à população, na administração pública de Tangará da Serra.

A princípio, o projeto havia sido apresentado

pelo vereador Professor Sebastian Ramos, que acabou por retirá-lo, por ser o mesmo de competência de indicação do Executivo Municipal. Mas, dada a sua importância, o projeto foi acolhido pelo prefeito Vander Masson, que o enviou à Câmara como substitutivo, para análise dos vereadores, que o aprovaram por unanimidade na sessão do dia 2.

De acordo com o vereador Sebastian, idealizador da proposta, a intenção é de facilitar a vida dos portadores de necessidades que se comunicam por sinais, em virtude de que a língua ainda não é dominada por boa parte dos tangaraenses, apesar de ser a segunda oficial do Brasil, pois encontram muitas dificuldades para

serem atendidos e entendidos. “A pessoa surda, quando chega em locais públicos ou privados, infelizmente, tem seus direitos cerceados porque nem todo mundo compreende a Língua Brasileira de Sinais”, ressalta o legislador, ao enaltecer a decisão do Executivo e do Legislativo em assegurar direitos aos que possuem uma forma de se expressar.

A Central de Atendimento em Libras ficará disposta no Paço Municipal, com a presença de um intérprete, para atendimentos no local. Já no Poder Legislativo o profissional ficará a disposição para atendimento ao público da Câmara Municipal, Sessões Solenes e Audiências Públicas dentro e fora da mesma.